

A (RE)EXISTÊNCIA CAMPONESA: O Território e a Educação como Elementos de Luta

Herique Heber dos Santos Reis¹

Ederlane Vale Rabelo²

Edinael Pinheiro da Silv³

Resumo

Este trabalho é parte da pesquisa de dissertação em construção através do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Federal do Pará (UFPA) o qual possui objetivo fundamentado na investigação do território e educação como dois elementos importantes para compreender a luta dos movimentos socioterritoriais do campo na Amazônia paraense, sobretudo dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O presente artigo, em específico, compreende a parte em que levantamos algumas reflexões acerca do conceito de campesinato e do seu projeto educativo que sustenta a importância do território e de suas lutas, a Educação se configura como elemento *sine qua non*, não apenas para os movimentos socioterritoriais, mas também para os sujeitos do campo em geral.

Palavras-chave: Camponês, Educação, Amazônia.

Introdução

A dinâmica capitalista busca acelerar o processo de mudança nas relações de produção no campo, além do modo de vida e dos territórios. Se tratando do campesinato isso não é diferente, elementos do modo capitalista de produção ao adentrar no campo articulam-se de modo perverso com os elementos locais, brotando conflitualidades com as relações não capitalistas de produção, seja pela sua tentativa de eliminação, por um lado, ou pela submissão, por outro.

Defendemos aqui em um primeiro momento o campesinato como um conceito importante para compreender, estes conflitos e tensões no campo, além dos “processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições” (MARQUES, 2002, p. 58).

Em um segundo momento buscamos compreender as propostas educativas do campesinato, haja vista, que a educação, é um elemento, historicamente, negligenciado a estes, proposta esta iniciada nos movimentos camponeses, interessante, que desde o processo

¹ Bolsista – CAPES (mestrado) do Programa de Pós- Graduação em Geografia (PPGEO) – UFPA. Endereço de e-mail: heriquereis@live.com

² Bolsista – CAPES do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID) – UFPA. Endereço de e-mail: ederlanevale.geo@hotmail.com

³ Discente (mestrado) do Programa de Pós- Graduação em Geografia (PPGEO) – UFPA. Endereço de e-mail: silvaepgeo@yahoo.com.br

de formação dos Sem-terra a educação esteve em pauta, porém o movimento percebeu que não era suficiente lutar para trazer a educação ao campo, mas construí-la, é através desta demanda que a luta por uma educação do campo tem início, enquanto reflexo das suas lutas políticas e experiências no território camponês.

Uma das formas que a territorialidade destes movimentos assume é na luta pela educação, é possível identificar que os territórios estão intrinsecamente vinculados a uma ação educadora, sobretudo quando reconhecemos que os processos educativos estão para além dos muros da escola, e se configuram entre os elementos de formação cultural, social, política e cognitiva dos sujeitos.

Partindo desta premissa, entendemos que a análise teórica de território que melhor representa o campesinato é aquela que busca compreender sua multidimensionalidade Fernandes (2005) mas para isso deveremos ter bem esclarecido a categoria espaço.

O espaço social, enquanto “materialização da existência humana” Fernandes *apud* Lefebvre (1991, p. 102). é parte integrante do espaço, ou espaço geográfico (neste caso os dois são sinônimos), definir o espaço que se está abordando não deve pressupor ignorar as outras dimensões inerentes ao espaço geográfico, mas sempre considerar sua característica de “completividade” Fernandes (2005 p. 26), pois este “contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza”, assumindo a característica multidimensional.

Estas relações produzem diferentes tipos de espaço, como o território, este, portanto, está contido no espaço, de maneira que todo território é um espaço (com toda sua complexidade), mas nem todo espaço é território Fernandes (2005) isso significa dizer que o território possui todas as características de um espaço, além das relações de poder que são inerentes a este.

Campesinato: Uma classe que (re)existe

Expor o que se entende por sujeitos do campo não é tarefa simples, porém é necessário, sobretudo pela imersão destes em um complexo conflito políticos, econômico e teórico. De antemão destacamos que nossa perspectiva incide naquela que compreende estes sujeitos sob a ótica do campesinato. Outra questão que é importante destacar é que esta

compreensão está lastreada naquela em que a dimensão econômica é fulcral, mas não é suficiente para compreender o camponês em toda sua complexidade.

Desde que o modo capitalista de produção se sobrepôs aos demais, diferentes teorias e paradigmas foram construídas sobre a futuridade do campesinato, que vão desde um ceticismo enraizado nos clássicos da questão agrária até uma perspectiva de resistência e recriação.

Muitos argumentos sobre a extinção do campesinato estão pautados na difícil interpretação do seu modo de vida, e de seu modo de produção, afinal não é possível ter clareza de onde estes sujeitos mantêm sua existência, ela é guinada por qual elemento particular, se da força de trabalho (trabalho familiar) se do meio de produção (terra, propriedade), essa é uma incógnita que vai gerar sua extinção, tal como sugere Abramovay (1992) pois não podemos considera-lo em uma das classes concebidas como únicas possíveis, não é burguês porque embora possua a propriedade não explora mão de obra alheia e não é proletário, pois não é assalariado, ou seja, não vende sua força de trabalho Martins (2003).

Obviamente essa é uma análise unilateral e unidimensional, fixada apenas na dimensão econômica das relações o que já enfraquece o argumento, no entanto podemos a partir da mesma premissa construir elementos que a contradiz, pois compreendemos que é justamente a autonomia da força de trabalho e o domínio do meio de produção que surgem como subsídios *sine qua non*s, que nos possibilitam interpreta-los como uma terceira classe⁴, pois, tal como sugere (SOUSA e CONCEIÇÃO 2010, p.66) “no campo, terra e trabalho não se separam; dialeticamente, a terra é para o trabalho e vice versa, tem um sentido humano”, podemos ainda aproveitando este raciocínio e afirmar que, no campo, terra e trabalho, também são indissociáveis, as crenças, cultura, aos costumes, ao lazer.

Estes debates passaram a surgir com a entrada do capital monopolista no campo, obviamente não desconsideramos o impacto deste encontro de logics antagônicas, nem o objetivo do capitalismo em relação as classes de resistência, para nós a atual dinâmica do capitalista busca sim acelerar o processo de mudança nas relações de produção no campo, além do modo de vida e dos territórios.

⁴ Na realidade podemos compreende-la como a primeira classe, se considerarmos de uma maneira cronológica dos fatos, tento em vista que na história do mundo, o camponês é anterior ao burguês e ao proletário.

Se tratando do campesinato isso não é diferente, elementos do modo capitalista de produção ao adentrar no campo articulam-se de modo perverso com os elementos locais, impactando significativamente as relações não capitalistas de produção e de vida, seja pela sua eliminação, por um lado, ou pela submissão, por outro.

Através das promessas desenvolvimentistas o homem do campo é pressionado a mudar no aspecto produtivo e econômico, mudanças estas que se estendem interferindo nos hábitos, costumes, crenças, valores, tradições e cultura em geral, que intervêm na sua compreensão das realidades e em sua concepção de mundo historicamente construídas a partir do território. Talvez por isso, algumas teorias sobre a trama campesinato/capitalismo, destacam a metamorfose do campesinato como um fato inevitável, porém a visão pautada nessa perspectiva é extremamente atomística, pois enxerga o camponês como atrasado, bárbaro, enfim sob égide da figura arcaica. Ocorre que nenhum sujeito:

(...) não pode ser concebido como um ser imutável, encarnando reiteradamente aquelas formas de ser. Longe disso, a essência do homem é mutação: o homem não pode permanecer como é. Seu ser social está em evolução constante. Contrariamente aos animais, ele não é um ser que se repete de geração para geração. Ultrapassa o estado em que é dado a si mesmo. O homem nasce em condições novas. Embora preso a linhas prescritas, cada novo nascimento corresponde a um começo novo. Karl Jaspers (1975, p. 46)

Tal como destacado neste fragmento de Jaspers, o homem é extremamente dinâmico, se tratando dos camponeses essa realidade não é diferente, porém é interessante a visão de homem inerte aplicado conscientemente ou não, ao tratar destes sujeitos, tal compreensão é sustentada pela afirmação de Abramovay (1992) na sua tese *O Capitalismo Agrário em Questão*, onde afirma que o simples contato do camponês com o mercado induzirá sua extinção, pois o mercado é subordinador, fato já profetizado por Lênin na clássica obra: *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, revelando o simulacro entre a questão agrária na perspectiva clássica e o paradigma do capitalismo agrário sobre a futuridade do campesinato. Porém é interessante o alerta de Oliveira (2007) no que tange o mercado, este tem sua existência anterior ao capitalismo, assim como o modo de vida camponês que se configura como um modo de vida pré-capitalista, nesse sentido a relação do campesinato com o mercado é antecedente ao próprio sistema capitalista.

Mas não sejamos ingênuos em acreditar que o mercado de tempos atrás é o mesmo tal como este imerso no capitalismo, evidentemente, concordamos que o mercado subordina o campesinato, assim como subordina outras classes, no entanto tal como destacado por Oliveira (2007) esta relação (campesinato e mercado) é contraditória, pois ao passo que o mercado sufoca, a um só tempo contribui com a (re) existência do campesinato, fato este viabilizado pelo poder de organização e luta desta classe que utiliza estratégias de enfrentamento contra o capital, hora interagindo com ele para se recriar, hora refutando-o, além da própria contradição do capitalismo tal como Luxemburgo já alertava do capitalismo que se utiliza de relações não capitalistas para gerar capital.

É importante destacar que estas concepções estão lastreadas para além de um debate teórico, e envolve um posicionamento político, porém é necessário compreender que estamos lidando com sujeitos históricos.. Deve-se ter em mente que campesinato não é sinônimo de homogeneidade e ainda que suas relações de produção estejam ligadas a terra e família, onde estas são de fato as principais características que lhe proporciona uma identidade territorial, não são, entretanto, relações idênticas em todos os locais e nem tem permanecido assim ao longo do tempo, que dirá as demais relações, sobretudo as mais específicas. Com base nisso Shanin (p 01. 2005) sobre a mistificação do conceito de camponês destaca:

Para começar "um camponês", não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou nação, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo (SHANIN, 2005. p 01.)

A luz desta reflexão feita por Shanin, entende-se a relevância fundamental em uma análise de considerar o tempo-espço na conceituação do camponês. Obviamente, as circunstâncias em que o campesinato se encontra no mundo são diferentes, suas, relações, seu modo de vida, sua identidade com território, são diversos, isso influencia nas interpretações dos autores inseridos em cada realidade e conseqüentemente sobrecarrega o desfecho de suas teorias com diferentes tendências para a futuridade do campesinato. Não podemos portanto construir generalizações a partir das tendências que os contextos apontam, além do fator político que das diferentes conjunturas que dificultavam a compreensão do campesinato como classe.

“podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a

probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes.” (BOURDIEU, 1989, p. 136)

Esta concepção de Bourdieu nos instiga a refletir sobre os aspectos semelhantes entre camponeses em diferentes locais que o caracterizam como tal, a partir da tríade terra, trabalho e família que, aparentemente, adere uma homogeneidade nas ações e relações, porém, é interessante o termo “probabilidade” colocado pelo autor, revelando que estas “semelhanças” não engendram designadamente ações homogêneas no universo de uma classe, e que por compartilharem “condições semelhantes” reagem no mundo de maneira consistente, muitas vezes espontânea, mas nem sempre, exatamente, igual. Isso pondera com a afirmação de (SHANIN, 2005 p. 02,) “A heterogeneidade dos camponeses é indubitável”. Mudam-se os espaços, os tempos e os sujeitos, além do mais, existem especificidades historicamente construídas pelos sujeitos no/com os territórios. Tudo isso deve ser encarnado no paradigma do conceito de camponês.

Compreendemos o campesinato, portanto, como uma classe, com elementos culturais próprios que a definem enquanto tal, classe esta, inserida em um contexto maior, onde estabelece relações com outras classes, com o sistema econômico, político, culturas e modo de produção diversos e antagônicos, relações estas, por vezes, essencialmente, contraditórias, com o campesinato, ora deteriorando-se pouco a pouco, ora enquanto centelha acesa de continuidade, de existência e recriação, elementos estes, fortalecidos pelos movimentos socioterritoriais.

Com o avanço do capitalismo no campo, sobretudo, deste materializado no agronegócio percebemos de modo nítido estas teorias e paradigmas face as relações conflitantes, nesse sentido, o campesinato surge enquanto conceito *sine qua non* para compreender as contradições inseridas nelas, vejamos o que Marques (2002) diz a respeito:

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico-esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro-, o campesinato permanece como conceito chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. (MARQUES, 2002, p 58)

Nesse sentido essas características próprias enquanto especificidades campesinas devem ser articuladas com o seu tempo histórico, com o território, com a memória, com o

trabalho coletivo, com a formação política e a valorização cultural do camponês, não perdendo de vista que também esta imbricado em/com um conjunto maior, ou seja, com a sociedade e sua dinâmica em que estes sujeitos estão inseridos. Ou seja, com o modo capitalista de produção, onde este relaciona-se de maneira contraditória com o campesinato, pois são substancialmente, divergentes, contraditórias, mas deixa brecha para a resistência e reprodução de modos de produção não capitalistas, nesse sentido Marques (2002) acrescenta ainda que:

“O campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista”. (MARQUES, 2000 p 59)

Portanto, partimos de pressupostos onde o modo capitalista de produção a um só tempo destrói/reconstrói o modo de produção camponês, ou seja, nesta perspectiva a relação campesinato/capitalismo se dá de maneira desigual e contraditória no território agrário, utilizando-se de relações não capitalistas para gerar capital. Atualmente, estas transformações são defendidas como o processo de modernização quase natural e que levaria ao aumento da produtividade da produção camponesa, fazendo esta classe produzir e reproduzir novas relações.

Acreditamos, portanto, que a avaliação deste processo deva superar a interpretação que afirma a extinção inevitável do campesinato, pois esta considera apenas a forma de produção, ou seja, destaca um dos aspectos constitutivos da relação complexa que o campesinato estabelece com o capitalismo para sepultá-lo, ignorando o constante processo de recriação camponesa como forma de (re)existência histórica.

Um dos elementos que contribuem neste processo é a luta dos povos do campo por uma educação que se articule com o seu tempo histórico, com o território, com a memória, com o trabalho coletivo, com a formação política e a valorização cultural dos povos do campo, encarnados nas propostas de educação dos movimentos socioterritoriais. A educação, a partir do paradigma protagonizado pelos sujeitos do campo, é um elemento *sine qua non* para entendermos a complexidade dos processos e das tensões envolvidas nas estratégias de recriação camponesa, que pensam uma educação que extrapola os limites da teorização e se constitui como um dos instrumentos de luta pela reforma agrária, democratização da estrutura fundiária, reconhecimento dos direitos territoriais dos povos do campo e democratização da

cultura, se estendendo então como parte de uma luta por direitos básicos que foram negados ao longo da história e que são ameaçados constantemente pelo modelo de desenvolvimento implantado no campo na lógica capitalista.

A educação como elemento de luta pela liberdade

A educação é inerente a vida humana, ela é permanente Freire (1979), o sujeito está inserido em um contexto, de um espaço-tempo específico, ele o produz e é ao mesmo tempo, produzido por ele. As práticas sociais são produzidas historicamente e territorialmente, tal como (FREIRE 1979 p.35) afirmou, “o homem é um ser de raízes espaço-temporais”.

A educação de décadas atrás não é a mesma da atualidade, e, atualmente a educação não é a mesma em todos os espaços, assim como a cultura, a religião, as tradições, as vivências, as experiências, também são diferentes, isso sugere que estes elementos são inerentes à educação, tal como o próprio território, isso ocorre porque “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio” (FREIRE 1967 p.35)

A educação em grande medida, foi historicamente e ainda é utilizada como instrumento ideológico para dominação e manutenção do status quo, se tratando do capitalismo tal como afirma Mészáros (2008) isso não é diferente, ele a utiliza estrategicamente, seja para potencializar a geração do lucro através da viabilização do acesso a ela, com o desenvolvimento de uma educação alienada e alienante, seja através da negação e/ou exclusão para as massas para conservar a ordem vigente a partir da sua precarização por exemplo, a educação assim como uma constelação de relações, foi inserida na mercantilização, ela é uma mercadoria Mészáros (2008), segundo este mesmo autor é ilusão conceber na tutela do sistema do capital, uma educação que não seja para sustentar a lógica dominante, ademais, para romper com essa perspectiva é necessário construir uma “educação para além do capital”, pois o capitalismo é “irreformável”, Mészáros (2008), “a opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito”. (Freire, 1967 p. 36)

É a partir desta compreensão que movimentos camponeses fortalecem sua bandeira de luta por um projeto educativo, tendo como premissa, a importância e inseparabilidade da Educação⁵ com outras dimensões que envolvem a luta por uma sociedade mais justa e digna.

Os movimentos utilizam a educação a seu favor, como instrumento de luta, resistência e emancipação, a educação enquanto uma “prática que liberta” Freire (1999). Com as conquistas dos seus territórios autônomos e a efetivação de autogoverno os zapatistas possui a oportunidade de construir a educação que o povo indígena necessita e leva-la para municípios autônomos que antes sequer escolas possuíam.

Os movimentos socioterritoriais, sobretudo, o MST compreende que um dos elementos estruturadores do processo de luta por uma vida com mais dignidade é a educação, elemento este negligenciado aos sujeitos do campo por séculos de nossa história, e se configura de maneira ainda muito nefasta na atualidade, este cenário de exclusão, vem adquirindo significativos avanços, mas ainda se configura por um estado precário (porém como centelha de esperança de uma educação de qualidade que represente o campo) avanços estes que vem ocorrendo devido às reivindicações dos movimentos socioterritoriais do campo, sobretudo ao MST, estes atores passaram a questionar o modelo de educação instalado no campo, e a distância colossal dessa educação com as realidades dos educandos, ou seja, do camponês.

Nesse sentido quando falamos em educação, estamos falando de experiências que não se resumem aquela da escola, mas que estão vinculadas a todas as dimensões da existência humana, no campo isso não é diferente - talvez seja até mais evidente - ou seja, para entender a luta pela educação do/no MST é preciso compreender as lutas, as experiências e a formação dos movimentos que mantem uma conexão entre si e como o modo de vida camponês em geral Caldart (2000), e isso deve se projetar na educação, no caso do MST o projeto de educação do campo é reflexo de suas lutas.

Quando dizemos Por Uma Educação do Campo estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola que esteja no campo, mas que também seja do campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola

⁵ Paulo Freire faz esta distinção de educação com “e” minúsculo e Educação com “E” maiúsculo, para distinguir a importância da Educação protagonizada pelos sujeitos que buscam nela a autonomia e liberdade em detrimento da educação orquestrada pelo capital alienante e carcereiro.

pensada na cidade; uma escola enraizada também na práxis da Educação Popular e da Pedagogia do Oprimido (CALDART, 2002, p. 13)

Nas últimas décadas as lutas dos movimentos socioterritoriais do campo, sobretudo, do MST vem colocando em pauta de debate a educação como um dos elementos prioritários para o camponês, não uma crítica pura e simples do paradigma de educação vigente, mas por outra educação.

Nasce dessas lutas um projeto de educação que busca inserir o camponês no processo de ensino não como mero espectador, mas como sujeito, este grande movimento chama-se “por uma educação do campo”, este “do” é carregado pelo sentido oposto do verbo “estar”, contemplando o verbo “ser”.

O que está em questão é um projeto de escola e não a sua localização. Uma escola do campo tem uma especificidade que é inerente a histórica luta de resistência camponesa. Ela têm os seus valores singulares que vão em direção contrária aos valores burgueses. Esse é um dos elementos importantes de sua essência (FERNANDES, 1999, p. 48.)

Nesse sentido o camponês não precisa de uma educação que esteja no campo, mas de uma educação que seja do campo, que valorize suas práticas, suas culturas e identidades, que reproduza suas lutas, suas crenças e seus territórios, lutar por uma educação do campo é dar sentido e significação as escolas do campo. Destacamos aqui a educação do campo no seu sentido de luta e resistência, pois são estes valores que presenciamos nas escolas dos acampamentos e assentamentos do MST, a forte presença da política enraizada na educação desde aquela direcionada aos “sem-terra” até aquela direcionada aos jovens e adultos, em todos os níveis, a educação é indissociável a luta política pela terra e por direitos.

É interessante que o MST luta pela educação não apenas em seus domínios territoriais, mas para todo o campo e camponeses e essa luta acaba por ser uma forma de se fazer conhecer e reconhecer em outras escalas, além de fortalecer sua organização interna, a partir da sua forma de fazer educação também acaba por divulgar as territorialidades, as raízes históricas do campesinato e sua luta.

A luta pelo território

Tal como alertou Santos (2006 p. 65) na crítica aos “conceitos puros”, é preciso ter cuidado ao utilizar território para compreender diferentes realidades, e se preciso, redimensionar, modificar, reconstruir o mesmo para pensar espaços específicos, como a Amazônia ou os territórios produzidos a partir das ocupações de terras realizadas pelo MST

cujos territórios possuem características próprias do movimento e do modo de vida dos sujeitos do campo, onde (re)existem contra o avanço capitalista e investidas políticas desiguais, as quais favorecem, o “agro-tóxico”⁶, o “agro-cídio”⁷ e o latifúndio através da “vista grossa” para a grilagem.

São territórios de combate contra as forças hegemônicas que buscam a dominação territorial, porém não totalmente vitoriosa, pois as territorialidades dos sujeitos carregam lógica-racionalidades distintas e contra hegemônicas e revelam-se como elementos importantes de resistência contra aqueles que tentam sepultar sua existência.

Esse é o motivo de falarmos cada vez mais em luta pelo território no lugar de luta pela terra, não se trata da superação da concentração de terras, mas sim que esta luta abarca outras demandas que estão inseridas na busca pela conquista territorial.

Os movimentos vem se desdobrando nesta perspectiva, pois isso é algo que compreende várias dimensões e demandas dos sujeitos do campo, desde a reforma agrária, o direito a educação, saúde, segurança, em fim políticas públicas que garantem estes direitos e até mesmo subsídios para produção camponesa, estes são elementos que demonstram que a luta pelo território se confunde com a luta pela vida no/do campo, neste sentido consideramos a totalidade do território:

Para discutir a totalidade como um princípio do território é necessário tomar muito cuidado para não ser mal compreendido. Evidente que não estou afirmando que tudo é território, mas sim que o território é um todo. Ainda é necessário afirmar que este todo é parte da realidade. Quando compreendo o território como todo estou entendendo sua multidimensionalidade (FERNANDES, 2009 p 06).

A partir deste raciocínio acima podemos compreender que a luta dos movimentos socioterritoriais em questão, transcende a luta pela terra, ou pelo “*Boden*” de Ratzel (1988), configurando-se em uma luta no e pelo território, em todas as suas dimensões, partindo dessa premissa, é inevitável não romper com a perspectiva de território enquanto unidimensional ou fragmentado, seja aquela que compreende o território enviesado apenas pela dimensão do Estado, ou como (Fernandes, 2000 p.10) afirma “pela governança”, ou aquelas perspectivas fragmentária que reconhecem apenas a dimensão econômica, ou social, ou cultural, ou ainda aqueles que buscam designar um território estritamente simbólico, como se o material e o imaterial fossem dimensões independentes umas das outras e não parte de uma mesma realidade.

Deste modo a compreensão da complexidade do território, está em considerar os múltiplos agentes, sujeitos e atores, que produzem a partir de diferentes intencionalidades um

⁶ Fazemos referência a frase “o agro é tóxico”, onde o MST denuncia o uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura orquestrada pelo agronegócio brasileiro (disponível no site; www.mst.org.br), Acesso em 28/06/2017

⁷ Fazemos referência aqui a resposta do MST as propagandas enaltecedoras do agronegócio, “o agro é tech? O agro é pop? O agro é tudo? É evidente que não. No campo, distante das lentes modernas e bem pagas, o agro é cídio” onde “cídio” faz analogia ao homicídio. (disponível no site; www.mst.org.br), Acesso em 20/07/2017.

dado espaço, o que se distancia da visão de um território fragmentado. Considerando, também, os múltiplos usos de um mesmo território, a exemplo do que Souza (2000) reflete desenvolvendo sobre “territórios cíclicos e móveis”, Haesbaert (2005) sobre os usos do território propõe uma visão na qual o:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. (HAESBAERT, 2005, p. 6774-6775)

É interessante essa distinção que o autor cita, se referindo à Lefebvre, por conta das intensões de uso do território. O de apropriação que permite o encontro da diferença, o encontro com “os outros” em que não há exigências de mediações que hierarquizem, segreguem ou controlem as relações sócioespaciais como existe na dominação, sendo o primeiro mais característico de vida social pública do que a privada como ocorre no segundo.

São diferenças que nos levam a refletir as intencionalidades dos agentes que se territorializam: os que procuram a apropriação e outros a dominação. Sem generalizações, exageros ou dicotomias, são agentes sociais que tem papéis históricos distintos, com articulações, perspectivas, mobilizações e barganhas nas relações sociais diferentes e, por vezes, conflitantes. Vários exemplos podem ser levados em consideração como as comunidades em Pacajás – PA no sudoeste paraense, que disputam territórios, historicamente apropriados por seus familiares, mas sem uma legitimação governamental, um exemplo disso são os mapas da rodovia transamazônica confeccionados por instituições (estatal ou privada) que por negligencia ou interesse não insere as vicinais e comunidades camponesas na representação (Pantoja e Reis, 2016), ou seja, negam os territórios de (re)existência contra a dominação de fazendeiros e madeireiros, onde o medo da desterritorialização e da morte é uma constante.

Outro caso que podemos considerar é aquele orquestrado pelos movimentos socioterritoriais⁸, como os Sem-Terra que constroem ações mobilizadas pela luta de suas legitimidades por meio da apropriação do território frente irregularidades e danos sociais na dominação feita por latifundiários e agronegócio, em grande medida legitimados pelo Estado que prioriza políticas para manutenção de privilégios das corporações e elite fundiária. Ambos

⁸ Não é objetivo deste trabalho discorrer sobre este conceito, porém justificaremos seu uso no lugar de movimentos sociais, pelo seguinte motivo, “os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência (...) Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica”(FERNANDES, 2005, p 279)

são exemplos de territórios contra-hegemonicos, que lutam pela conquista territorial, não há existência sem território.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Hucitec/Edunicamp/ANPOCS. São Paulo, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CALDART, R.S. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**, Revista: ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a16.pdf>. Acesso em: 15/08/2016

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Bueno Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CHAYANOV, Alexander V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE Verena (Orgs.). A questão agrária. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FERNANDES, Florestan. A Concretização da Revolução Burguesa. In: IANNI, Otávio (org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: EXPRESSÃO POPULAR, 2004.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão (5ª ed.). Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 31 ed. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 31 ed. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1979 (Coleção Educação e Comunicação, v. 1)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: PAZ E TERRA, 1996 (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 5 ed. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: EDITORA UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. Organização e Notas: Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: EDITORA UNESP, 2004. (Série Paulo Freire).

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 46 ed. Rio de Janeiro: PAZ E TERRA, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, Anais. 10, 2005, São Paulo. São Paulo: USP, 2005. p.6774-6792.
- JASPERS, Karl. **Introdução ao Pensamento Filosófico**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1975.
- KOLLING, E. J., CERIOLI, P. R., CALDART, R. S. (Orgs.). **Educação do campo: Identidade e Políticas Públicas. Articulação Nacional por uma Educação do Campo**, Brasília, v. 4, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.
- MARQUES, I. R. MARQUES, G. S. **Luta Camponesa e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo, Livraria Cultura. 2015
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.
- MÉSZAROS, Istvam. **A teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIVEIRA NETO, Adolfo. **Educação Popular do Campo e Território: uma análise da prática educativa do GETEPAR-NEP na Amazônia ribeirinha**. 2000. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará, Belém, 2011
- Oliveira, Adolfo. **Território e educação: uma análise a partir da educação do campo em comunidades rurais-ribeirinhas na Amazônia**. Sociedade, Espaço e Políticas Territoriais na Amazônia Paraense. GAPTA. Belém-2013.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética**. In: *Novos Rumos da Geografia Brasileira* [S.l: s.n.], 1996.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp. 2006.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Edusp. 2008.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In. SAQUET, Aurélio Marcos;
- SHANIN, T. **Lições Camponesas**. In *Campesinato e Territórios em Disputa* org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edimilson Frabrini. 1ª Ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.
- SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.
- SOBREIRO FILHO, J. **Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP**. *GeoGraphos*, Alicante, v. 6, n. 73, p. 1-29, 2015b

SOBREIRO FILHO, J. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços: Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses.** 546 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013a.

SOUZA, M. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, R. A. D. de. CONCEIÇÃO. A. L. O camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social . **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol.11, n. 1, 30 junho 2010. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada111/03raimunda1101.pdf>>. Acesso em: 20/06/2017.

SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009.

STEDILE, J. P. (Org). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 1ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. 167 p